

BREVE INTRODUÇÃO À QUESTÃO DA AUTORIDADE EM ARENDT

José João Neves Barbosa Vicente¹
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
 <https://orcid.org/0000-0001-6823-3933>

RESUMO:

Para Arendt, a autoridade desapareceu do mundo moderno. Para entendermos esse posicionamento radical é necessário compreendermos o sentido atribuído pela pensadora ao termo autoridade. Este é o objetivo fundamental deste artigo.

PALAVRAS – CHAVE: Crise; Mundo moderno; Política; Tradição.

ARENDT AND THE QUESTION OF AUTHORITY

ABSTRACT:

For Arendt, the authority has disappeared from the modern world. To understand this radical positioning is necessary to understand the meaning given by the thinker to the term authority. This is the primary goal of this article.

KEYWORDS: Crisis; Modern world; Politics; Tradition.

O rigor e a profundidade nas análises dos conceitos fundamentais do pensamento político são características marcantes da filosofia de Arendt como se pode constatar, por exemplo, no seu posicionamento diante da questão da autoridade ao apontar o seu sentido e a sua crise no mundo moderno. A autoridade desapareceu, diz ela, tornou-se impossível recorrermos “a experiências autênticas e incontestes comuns a todos, o próprio termo tornou-se enevoado por controvérsia e confusão” (ARENDT, 1972, p.127). Essa constatação assustadora, como assinalaram Collin (1999, p.216) e Molomb'Ebebe (1997, p.205-214), não pode ser vista ou entendidas, em hipótese alguma, como algo simples.

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Bahia – Brasil. Email: josebvicente@bol.com.br

Normalmente, quando se discute o pensamento de Arendt, é muito comum afirmar que suas reflexões encontram-se fortemente alicerçadas no pensamento grego antigo. Tal afirmação é verdadeira, mas não é suficiente para entendermos a totalidade da sua obra. Pois, para ela:

Embora seja certo que Platão e Aristóteles promoveram a legislação e a construção de cidades ao mais alto nível da vida política, isto não quer dizer que eles tenham ampliado o campo das experiências gregas fundamentais – a ação e a política – para incluir aquilo que mais tarde viria a ser o gênio político de Roma: a legislação e a fundação (ARENDDT, 2009, p.207-208).

Quando se trata, por exemplo, de discutir o conceito de autoridade nessa autora, é preciso, necessariamente, pensar em categorias políticas da antiga Roma que, segundo ela, são importantes para se pensar um governo estável e duradouro:

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma (ARENDDT, 1972, p.162).

É, portanto, “a experiência romana” ligada ao ato da fundação, como observou Nihan (2011, p.52), que serve de guia para suas reflexões, e ela sublinha a importância desse ato “na reflexão política e no desenvolvimento do conceito de autoridade”. Esse conceito que tem atrás de si uma longa história e que nem sempre existiu nas comunidades humanas e nem foi experimentado em todos os organismos políticos, não é, portanto, de origem grega:

A palavra e o conceito são de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica (ARENDDT, 1972, p.142).

Arendt reconhece, no entanto, que Platão com a sua ideia de “rei filósofo” com seu conhecimento e sua educação superiores, e Aristóteles com a sua ideia de diferença natural entre o mais jovem e o mais velho, projetando um governo semelhante à gestão doméstica, tentaram estabelecer a autoridade com suas teorias políticas, mas ambas são desprovidas do verdadeiro sentido de autoridade, isto é, do livre consentimento:

É indubitável que Aristóteles, assim como Platão já o fizera, pretendeu introduzir uma espécie de autoridade no manuseio de

negócios públicos e na vida da polis, sem dúvida por razões políticas muito boas. Contudo, também ele teve que recorrer a uma espécie de solução improvisada de modo a tornar plausível a introdução de uma distinção, no campo político, entre os governantes e os governados, entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. E também ele extraiu exemplos e modelos apenas de uma esfera pré-política, do âmbito privado do lar e das experiências de uma economia escravista. Isso o conduziu a asserções notoriamente contraditórias, na medida em que superpõe às ações e à vida polis padrões que, como explica alhures, apenas são válidos para o comportamento e para a vida na comunidade doméstica (ARENDDT, 1972, p.159-160).

Para Arendt (1972, p.144), “autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade”, e de qualquer modo que se possa analisar esse conceito, ele nunca surgirá como uma criação grega. O conceito de autoridade como entendido por Arendt, encontra-se diretamente ligado à política romana. A autoridade do Senado romano, por exemplo, de acordo com observações da nossa autora, era sustentada pelos cidadãos que valorizavam as tradições dos seus ancestrais e transmitiam tal reverência aos senadores. O que marca a história política do ocidente é a experiência romana da fundação:

Não foram os gregos, e sim os romanos, estavam realmente enraizados ao solo, e a palavra *pátria* deriva seu pleno significado da história romana. A fundação de um novo organismo político – quase um lugar-comum na experiência dos gregos – tornou-se, para os romanos, o central, decisivo e irrepetível princípio de toda a sua história, um acontecimento único (ARENDDT, 1972, p.162).

O aparecimento da autoridade entre os romanos encontra-se fortemente alicerçado na sacralidade da fundação de Roma e na transmissão da tradição espiritual e intelectual de geração em geração. “A religião e a atividade política”, observa Arendt (1972, p.163), “podiam assim ser consideradas como praticamente idênticas” e, de um modo geral, “ser religioso significava ligar-se ao passado”. Recordar e preservar a experiência sagrada da fundação de Roma davam sentido e significado às atividades e participações políticas das gerações vindouras, e a religião desempenhava uma função política por excelência:

O poder coercivo da fundação era ele mesmo religioso, pois a cidade oferecia também aos deuses do povo um lar permanente – mais uma vez, ao contrário dos gregos, cujos deuses protegiam as cidades dos mortais e, por vezes, nelas habitavam, mas possuíam seu próprio lar, distante da morada dos homens, no Monte Olimpo (ARENDDT, 1972, p.163).

Portanto, Rômulo começou, fundou a Roma através da “autoridade” dado a ele pelos deuses. As gerações futuras deverão manter, não apenas o espírito dessa fundação, mas toda a narração desse ato que inclui, além de Rômulo, vários deuses que diferente dos deuses gregos, não estão no Olimpo, mas na cidade, no espaço onde a política acontece. Cada ato deve remeter-se “ao sagrado início da história romana e somando, por assim dizer, a cada momento singular todo o peso do passado” (ARENDT, 1972, p.165). É, portanto, nesse cenário que surge o conceito de autoridade:

A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de maiores. A autoridade dos vivos era sempre derivativa, dependendo, como o colocava Plínio, dos *auctores imperii Romani conditoresque*, da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no número dos vivos. A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos. *Moribus antiquis res stat Romana virisque*, nas palavras de Ênio (ARENDT, 1972, p.163-164).

Uma das características importante da autoridade, como destacou Arendt, consiste em “aumentar”. E no caso específico dos romanos, o que a autoridade aumentava era precisamente o sentido sagrado da fundação, o engrandecimento dessa experiência e o respeito pelas coisas como estabelecidas pelos ancestrais. Uma visão que, necessariamente, não permitia confundir a autoridade com o poder. Assim, em Roma, o poder encontrava-se no povo e os senadores detinham a autoridade:

A característica mais proeminente dos que detêm autoridade é não possuir poder. *Cum potestas in populo auctoritas in senatu sit*, “enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado”. Dado que a “autoridade”, o acréscimo que o Senado deve editar às decisões políticas, não é poder, ela nos parece curiosamente evanescente e intangível, assemelhando-se a esse respeito de maneira notável ao ramo judiciário do governo, de Montesquieu, cujo poder foi por ele chamado “de certo modo nulo” (*em quelque façon nulle*) e que constitui, não obstante, a mais alta autoridade nos governos constitucionais. Mommsen referiu-a como sendo “mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco”, pelo que admite que “a vontade e as ações das pessoas, assim como as das crianças, são sujeitas a erro e engano e necessitam portanto de ‘acrécimo’ e confirmação através da assembleia

dos anciães”. O caráter autoritário do “acrécimo” dos anciães repousa em sua natureza de mero conselho, prescindindo, seja da forma de ordem, seja de coerção externa, para fazer-se escutador (ARENDR, 1972, p.164-165).

Portanto, a autoridade como era compreendida pelos romanos, possuía sua raiz fixada firmemente no passado, na fundação de Roma e na grandeza dos antepassados. Sua “força coercitiva”, como sublinhou Arendt (1972, p.165), estava “intimamente ligada à força religiosamente coercitiva do *auspices*”. Não sugeria, por exemplo, como o oráculo grego, “o curso objetivo dos eventos futuros”, revelava simplesmente “a aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas pelos homens”. Para os romanos, tudo deveria aumentar a sacralidade da fundação; nesse sentido, “o homem velho”, diz Arendt (1972, p.166), “crescera mais próximo aos antepassados e ao passado”. Pois, ao contrário do conceito comum de crescimento “em que se cresce para o futuro, para os romanos o crescimento dirigia-se no sentido do passado”.

Em relação ao mundo moderno, Arendt (1972, p.127) não tem dúvida, para ela, quando se trata de “autoridade”, seria até “muito mais prudente” perguntar sobre “o que foi” do que sobre “o que é”. Esse conceito cuja origem encontra-se na antiga Roma e ligado ao ato da fundação desapareceu completamente do “mundo moderno”, restou apenas “controvérsia e confusão”. Sobre a sua “natureza”, existe uma única coisa autoevidente:

[...] o fato de o cientista político poder ainda recordar-se de ter sido esse conceito, outrora, fundamental na teoria política, ou de a maioria das pessoas concordar em que uma crise constante da autoridade, sempre crescente e cada vez mais profunda, acompanhou o desenvolvimento do mundo moderno em nosso século (ARENDR, 1972, P.127-128).

Para Arendt, a autoridade é fundamental para a durabilidade dos governos; este posicionamento aparece de forma clara em *Da revolução* (1988). Mas, para que ela possa, de fato, desempenhar esse papel, não pode ser concebida de cima para baixo, mas em todo nível de governo. No conceito moderno de autoridade, no entanto, o que se pode perceber é a tendência em equiparar a autoridade ao autoritarismo e violência, ou em outros termos, uma confusão do conceito de autoridade com “alguma forma de poder ou violência” pelo fato dela sempre exigir obediência. Mas, diz a nossa autora:

[...] a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um

processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso [...] Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos (ARENDR, 1972, p.129).

Qualquer governo, portanto, que tenta estabelecer a autoridade através da violência, segue um caminho impossível. A autoridade, de acordo com o pensamento de Arendt (1972, p.164), existe fora daqueles que estão no “poder”, isto é, “a característica mais proeminente dos que detêm autoridade é não possuir poder”, e toda a autoridade deve ser concedida pela opção dos cidadãos. Mas, infelizmente, no mundo moderno, com a perda da autoridade, perdeu-se a “pedra angular”. O mundo perdeu, assim, aquilo que garantia a ele “a permanência e a durabilidade”, ou em outras palavras, perdeu o seu “fundamento”. Desde então, diz arendt (1972, p.132), o mundo começou a “mudar, a se modificar e transformar com rapidez sempre crescente de uma forma para outra, como se estivéssemos lutando com um universo proteico, onde todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer outra coisa”.

Toda a crise da autoridade sentida no mundo moderno é, para Arendt (1972, p.128), uma crise “política em sua origem e natureza”: os partidos perderam prestígios e em nenhum governo se reconhecia a autoridade. Nessa atmosfera, “o totalitarismo, tanto na forma de movimentos como de regimes”, foi o mais capaz no sentido de “tirar proveito”. Pois, para Arendt, a ausência da autoridade nos governos, possibilita o surgimento de regimes tirânicos ou violentos. Mas, é importante sublinhar, também, que nossa autora reconhece que tal crise da autoridade vivenciada no mundo moderno, não permaneceu apenas na esfera política, ela se espalhou por outras áreas:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. Devido ao seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governava as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam sua plausibilidade. Tanto prática como

teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é (ARENDDT, 1972, p.128).

O mundo moderno vive um profundo esquecimento coletivo do passado, uma situação que, em essência, priva a humanidade de alcançar a profundidade da existência humana. “O desaparecimento do senso comum nos dias atuais”, diz Arendt (1972, p.227), “é o sinal mais seguro da crise atual”. Isto é, sempre que acontece uma crise, “é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós”. Em relação à educação, por exemplo, o educador, seja ele o professor ou o pai, deve ter responsabilidade coletiva pelo mundo. Pois, em termos arendtianos, “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (ARENDDT, 1972, p.239).

Quando se trata de “educação”, diz Arendt (1972, p.239), “essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade”. No mundo moderno, no entanto, com a perda do sentido desse conceito, aquilo que se denomina de autoridade do professor, por exemplo, encontra-se reduzida e substituída pela crença na emancipação da criança da “autoridade dos adultos”; tal emancipação é pensada em nome do respeito à independência da criança. Para arendt (1972, p.230), isso está errado; pois a criança não é libertada, mas “banida do mundo do adulto” e submetida “a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria”. A criança deixa, portanto, de ser protegida por aqueles que têm maior conhecimento, isto é, os adultos:

São elas, ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos (ARENDDT,1972, p.230-231).

Portanto, sem a proteção e a orientação daqueles que deveriam desempenhar tais funções, a vida da criança é moldada pela pressão proveniente da tirania da maioria das outras crianças. E a “reação das crianças a essa pressão”, constata Arendt (1972, p.231), “tende a ser ou o conformismo ou a delinquência juvenil, e frequentemente é uma mistura de ambos”. Outra questão diretamente ligada à crise da autoridade no mundo moderno e que precisa ser assinalada, tem a ver com o ensino. “Sob a influência da Psicologia moderna e dos princípios do Pragmatismo”, observa Arendt (1972, p.231), “a Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada”. Sob essa perspectiva, criou-se a ideia de que o professor é um ser capaz de ensinar qualquer assunto, incentivando a capacidade de

aprender, em vez de estimular a importância do conhecimento real e profundo. O foco da educação tornou-se, essencialmente, vocacional e não intelectual, pois acredita-se que uma pessoa apenas é capaz de aprender aquilo que ela fez, para a nossa autora, no entanto, isso significa substituir o apreender pelo fazer:

Esse pressuposto básico é o de que só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fizemos, e sua aplicação à educação é tão primária quanto óbvia: consiste em substituir, na medida do possível, o aprendizado pelo fazer. O motivo por que não foi atribuído nenhuma importância ao domínio que tenha o professor de sua matéria foi o desejo de levá-lo ao exercício contínuo da atividade de aprendizagem, de tal modo que ele não transmitisse, como se dizia, “conhecimento petrificado”, mas, ao invés disso, demonstrasse constantemente como o saber é produzido. A intenção consciente não era a de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar uma habilidade, e o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais que tiveram tanto êxito em ensinar a dirigir um automóvel ou a utilizar uma máquina de escrever, ou, o que é mais importante para a “arte” de viver, como ter êxito com outras pessoas e ser popular, quanto foram incapazes de fazer com que a criança adquirisse os pré-requisitos normais de um currículo padrão (ARENDT, 1972, p.232).

Toda essa situação na qual se encontra o mundo moderno, de acordo com a perspectiva arendtiana, não pode ser considerada como sendo o fruto apenas da profunda crise na autoridade dos pais e professores, mas também de uma crise na tradição: “A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado” (ARENDT, 1972, p.243). Infelizmente, o passado não representa mais um modelo para vida, ele não é mais respeitado no mundo moderno, como faziam, por exemplo, os romanos. O ofício do educador, como constata Arendt (1972, p.244), não parece mais ser o de “servir como mediador entre o velho e o novo”. Com a crise na tradição, o mundo ficou sem suporte, sem algo capaz de indicar os caminhos a serem seguidos:

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmite e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e do ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDT, 1972, p.31).

Recorrendo ao historiador grego Políbio, Arendt mostra que o respeito pela tradição era uma preocupação central da educação, pois o ensino tinha como foco primordial, contribuir para que os estudantes soubessem que eles eram dignos de seus ancestrais:

[...] o educador podia ser uma “companheiro de luta” ou um “companheiro de trabalho” por ter também, embora em nível diverso, atravessado a vida com os olhos grudados no passado. Companheirismo e autoridade não eram nesse caso senão dois aspectos da mesma substância, e a autoridade do mestre arraigava-se firmemente na autoridade inclusiva do passado enquanto tal (ARENDDT,1972, p.245).

No mundo moderno, lamenta Arendt, infelizmente não nos encontramos mais em tal posição. Mas, para ela, a educação no sentido próprio do termo, somente é possível se o passado for respeitado e as crianças forem preparadas para participarem futuramente do mundo, assumindo a total responsabilidade por ele. Arendt relaciona também a tradição com a cultura e a arte. Isto é, a cultura e a arte encontram-se também em crise no mundo moderno, elas submeteram-se à cultura de massa:

O ponto crucial da questão é que tão logo as obras imortais do passado se tornam objeto de refinamento social e individual e do status correspondente, perdem sua qualidade mais importante e elementar, qual seja, a de apoderar-se do leitor ou espectador, comovendo-o durante os séculos (ARENDDT, 1972, p.255).

No mundo moderno, a arte e a cultura refletem o *status* social, pois foram transformadas em mercadorias sociais. Deixaram de ser uma estável conexão com as tradições do passado e se tornaram, infelizmente, formas de entretenimentos a serem consumidas e esgotadas.

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Da revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática-UnB, 1988.
- COLLIN, Françoise. *L'homme est-il devenu superflu?* Hannah Arendt. Paris: Odile Jacob, 1999.
- MOLOMB'EBEBE, Munsya. *Le paradoxe comme fondement et horizon du politique chez Hannah Arendt*. Paris/Bruxelas: DeBoeck/Larcier, 1997.
- NIHAN, Céline. *Hannah Arendt : une pensée de la crise. La politique aux prises avec la morale et la religion*, Genève: Labor et Fides, 2011.